



FACULDADE METROPOLITANA
NORTE RIOGRANDENSE

**FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE
DIRETORIA DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA VITÓRIA DE MELO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO EM ESPAÇOS
ESCOLARES E DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**

**NATAL/RN
2023**

MARIA VITÓRIA DE MELO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO EM ESPAÇOS
ESCOLARES E DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira

**NATAL/RN
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

S586c Silva, Maria Vitória de Melo da.

Contribuições do coordenador pedagógico em espaços escolares e do pedagogo em espaços não escolares. – Natal, 2023.
40 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia. Natal, RN, 2023.

Orientadora: Profa. Ms. Adriana Mônica Oliveira.

1. Educação – Monografia. 2. Ensino e aprendizagem – Monografia 3. Profissional pedagogo – Monografia. 4. Espaço não escolar. I. Oliveira, Adriana Mônica. II. Título.

CDD – 370

CDU – 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925

Índice de catálogo sistemático:

1. Educação – 370
2. Educação. Ensino. Instrução – 37

MARIA VITÓRIA DE MELO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO EM ESPAÇOS
ESCOLARES E DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da
Faculdade Metropolitana Norte Riograndense
(FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do
título de graduada em Pedagogia.

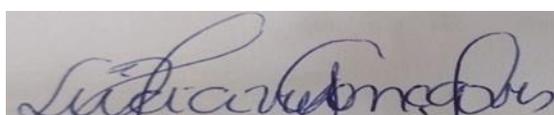
Monografia apresentada e aprovada em 28/12/2023, pela seguinte Banca
Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Adriana Mônica Oliveira

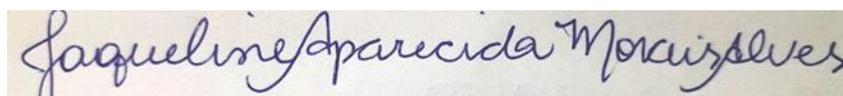
Orientadora Profa. Ms. Adriana Mônica Oliveira

FAMEN



Profa. Ms. Lúcia Xavier Gonçalves

FAMEN



Profa. Esp. Jaqueline Aparecida Moraes Alves

FAMEN

**NATAL/RN
2023**

É importante lembrar que, antes de qualquer coisa, a coordenação é exercida por um educador, e como tal deve estar no combate a tudo aquilo que desumana a escola: a reprodução da ideologia dominante, o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente (repetência ou aprovação sem apropriação do saber), a discriminação social na e através da escola.

(Vasconcellos, 2002)

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pois sem Ele não conseguiria chegar até onde cheguei. Ele foi a direção para que nas horas difíceis, eu conseguisse me guiar e não desistir. À minha família, meu esposo Cláudio Vinícius Rodrigues de Oliveira e as minhas cunhadas, aos meus sogros, que me ajudaram com incentivo e dedicação para que eu continuasse seguindo esse trajeto e cumprisse mais essa etapa da minha vida acadêmica. E a todos que estiveram comigo, contribuindo com a motivação.

A minha mãe e meu pai, que muitas vezes me ajudaram de várias formas, para que eu não desistisse em nenhum momento. A todos os professores da faculdade Metropolitana Norte Rio-grandense (FAMEN) que contribuíram para meu aprendizado, possibilitando-me experiências e conhecimentos de forma muito competente.

Agradeço à minha orientadora Professora Mestre Adriana Mônica, pela constante orientação, ajuda e atenção que sempre dedicou nas horas de dúvidas e na construção deste TCC.

DEDICATÓRIA

A Deus, Por ter me guiado nesta grande conquista. Aos meus pais, pela incansável dedicação, auxiliando nesta jornada acadêmica e de vida, dedico esta conquista com profunda admiração às minhas irmãs, por terem me dado força e acreditarem na concretização deste sonho.

RESUMO

O presente estudo trata sobre as contribuições do coordenador pedagógico para os processos de ensino e de aprendizagem, tencionando apresentar a sua importância junto à equipe gestora e aos professores para o funcionamento humanizado no espaço escolar, assim também como suas atribuições dentro da instituição de ensino, as quais devem priorizar o atendimento aos professores, alunos e famílias, na assertiva de transformar a escola em um espaço potencializador das habilidades e das competências dos discentes. O interesse em pesquisar sobre as contribuições do coordenador pedagógico para os processos de ensino e de aprendizagem, surgiu durante o estágio supervisionado I, referente à Educação Infantil. No início do estágio, foi perceptível a organização da escola, tanto no aspecto físico quanto no aspecto pedagógico, e, diante dessas organizações, as ações do coordenador da escola receberam destaque, pois através da escuta dos professores, buscava encontrar soluções para os problemas; a atenção, os direcionamentos dados para a melhoria das práticas docentes, refletiam positivamente na aprendizagem dos alunos. Realizou-se, então, uma pesquisa bibliográfica e a pesquisa de abordagem qualitativa. Por meio dessas pesquisas, conseguimos compreender muitos aspectos que envolvem a função do coordenador pedagógico. Com as contribuições dos autores: Grispun (2006), Calazans, Garcia e Kuenzen (2009), Almeida (2011), Vasconcelos (2011), Libâneo (2013), que estudam sobre a temática da coordenação pedagógica. Através de consultas bibliográficas, conseguimos ampliar nossa visão acerca do papel do coordenador no espaço escolar. Diante disso, verificamos que a importância do seu trabalho e as suas influências sobre o ensino e sobre a aprendizagem dos alunos. É relevante conhecermos a verdadeira importância da coordenação escolar, pois, além de atuar na mediação com os professores, ele precisa articular com as famílias, na tentativa de mostrar a necessidade da participação dos pais ou dos responsáveis no processo do desenvolvimento escolar dos alunos.

Palavras chaves: Coordenador pedagógico; Ensino; Aprendizagem.

ABSTRACT

This study deals with the contributions of the pedagogical coordinator to the teaching and learning processes, intending to present their importance together with the management team and teachers for humanized functioning in the school space, as well as their responsibilities within the educational institution, which must prioritize assistance to teachers, students and families, in assertive of transforming the school into a space that enhances skills and student competencies. The interest in researching the contributions of pedagogical coordinator for teaching and learning processes, emerged during *supervised internship I*, relating to Early Childhood Education. At the beginning of the internship, the organization of the school was noticeable, both in the physical aspect and in the pedagogical, and, in the face of these organizations, the actions of the school coordinator were highlighted, because through listening to teachers, they sought to find solutions to problems; the attention, the directions given for improvement of teaching practices, reflected positively on student learning. Realized- if, then, a bibliographical research and research with a qualitative approach. Through this research, we were able to understand many aspects that involve the role of the pedagogical coordinator. With contributions from the authors: Grispun (2006), Calazans, Garcia and Kuenzen (2009), Almeida (2011), Vasconcelos (2011), Libâneo (2013), who study the topic of pedagogical coordination. Through bibliographical consultations, we were able to broaden our view of the role of coordinator in the school space. In view of this, we see that the importance of your work and its influences on teaching and student learning. And it is important for us to know the true importance of school coordination, as, in addition to act in mediation with teachers, he needs to articulate with families, in attempt to show the need for the participation of parents or guardians in the process of students' academic development.

Keywords: Pedagogical Coordinator; Teaching; Learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Representação do trabalho do coordenador em equipe

Figura 2: Mediação do coordenador pedagógico

:

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 EDUCAÇÃO E COORDENAÇÃO ESCOLAR: um pouco da história.....	13
3 CONTRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO PARA O FUNCIONAMENTO DE QUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR.....	16
3.1 Professores, alunos e famílias: o coordenador como mediador.....	21
4 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS.....	27
4.1 Entendendo a Pedagogia Empresarial.....	29
4.2 Pedagogia Hospitalar: uma ação humanizadora.....	30
5 METODOLOGIA	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia discorre sobre a importância do trabalho do coordenador pedagógico em espaços escolares e do exercício do pedagogo em espaços não escolares, assim também como as suas influências sobre o ensino e sobre a aprendizagem dos alunos. É relevante conhecermos a verdadeira importância da coordenação escolar, pois, além de atuar na mediação com os professores, ele precisa articular com as famílias, na tentativa de mostrar a necessidade da participação dos pais ou dos responsáveis no processo do desenvolvimento escolar dos alunos.

É uma função desafiadora, quando o coordenador se depara com professores que não são flexíveis e ainda têm a concepção de que os alunos estão na escola apenas para receber informações sobre os conteúdos descritos no currículo escolar. Nesse contexto, o profissional precisa ser seguro sobre suas intervenções e mediações, de forma a conduzir os docentes para uma autorreflexão sobre suas práticas. A escuta também é um ponto que não deve faltar na prática da coordenação. Ouvir para entender e para intervir de forma coerente; ouvir professores, pais, responsáveis, alunos e gestores, na tentativa de fazer um trabalho educacional humanizado e contextualizado.

Objetivamos, com essa pesquisa, apresentar a importância do trabalho do coordenador pedagógico junto à equipe gestora e aos professores, para que o funcionamento no espaço escolar seja efetivado de forma humanizada, com respeito às diversidades, priorizando a qualidade do ensino, garantindo que os alunos tenham uma aprendizagem que traga suporte ao seu crescimento como pessoa. Esse profissional atua como mediador de conflitos.

O interesse em pesquisar sobre a temática em questão, surgiu durante o estágio obrigatório supervisionado I, referente à Educação Infantil. No início do estágio, foi perceptível a organização da escola, tanto no aspecto físico quanto no aspecto pedagógico, e, diante dessas organizações, as ações do coordenador da escola receberam destaque, pois através da escuta dos professores, buscava encontrar soluções para os problemas; a atenção, os direcionamentos dados para a melhoria das práticas docentes, refletiam positivamente na aprendizagem dos alunos.

Buscamos as contribuições das teorias de Almeida (2011), Vasconcelos (2011), Libâneo (2013), entre outros autores que, fundamentam as literaturas que abordam sobre a coordenação pedagógica; além dos estudiosos pesquisados, evidenciamos as orientações dadas durante o período da construção desta monografia.

Em sua estrutura, este trabalho é constituído por três tópicos, e neles são constituídos subtópicos; no primeiro tópico é relatada uma breve história da coordenação pedagógica; no segundo, falamos sobre as contribuições do coordenador pedagógico para o funcionamento de qualidade no espaço escolar; seu papel de mediador entre professores, alunos e famílias; sua atuação para desenvolver seu trabalho de forma organizada, estabelecendo uma rotina, elaborando junto com os professores, projetos que contribuam para a aprendizagem dos alunos e projeto de formação continuada em contexto. Estabelecer uma rotina reflete no desenvolvimento dos processos educacionais, priorizando a otimização do tempo de forma significativa.

Na seção quatro, abordamos a atuação do pedagogo em espaços não escolares, ou seja, no contexto da pedagogia hospitalar e empresarial; seguindo, descrevemos sobre a metodologia aplicada para a construção da pesquisa, conceituando a pesquisa de natureza bibliográfica e a pesquisa de abordagem qualitativa. As considerações finais trazem pontos relevantes da monografia, sugestão sobre a compreensão do trabalho do coordenador pedagógico e as expectativas sobre a visão dos leitores. Por fim, são descritas as referências bibliográficas, sinalizando as obras e/ou autores pesquisados.

2 EDUCAÇÃO E COORDENAÇÃO ESCOLAR: um pouco da história

No Brasil, a educação sob o controle português durou entre os séculos XVI e XVII, com influência doutrinal e seguindo o modelo europeu. A educação jesuítica marcou a história do Brasil a partir de 1500, e, em 1549, foi liderado pelo padre Manuel da Nóbrega, objetivando a expansão da fé cristã e a doutrinação de pessoas para esse fim.

De acordo com os estudos de Negrão (2000, p. 06)

A formação religiosa configurava-se como o maior pilar do sistema educativo jesuítico. Cuidava-se para que a fidelidade doutrinária fosse mantida, irrestritamente, evitando-se quaisquer textos, autores, questões polêmicas ou debates em discordância com a doutrina da Igreja, para que nada expusesse a fé e a piedade dos alunos.

O Ratio Studiorum, segundo a autora ora citada, era um documento constituído por 467 regras, com o objetivo de controlar a educação e impondo normas voltadas ao currículo e às ações dos professores. O controle sobre o cumprimento das normas prescritas era de responsabilidade dos prefeitos de estudos. Desta forma, por meio de ações controladoras, eram lhes garantido o poder de supervisionar e inspecionar o trabalho docente.

De acordo com Saviani (2003), havia a imposição de trinta regras aos professores, e, especificamente a de número dezessete, apresentava uma ação de controle, de poder por parte dos prefeitos de estudos. Compartilhando com essa informação, Pinto (2011) fala dessa regra específica, que tratava da presença do supervisor nas aulas, uma vez por mês, e, além de inspecionar o trabalho do professor, tinha acesso aos apontamentos dos alunos, podendo lê-los em voz alta; contudo, caso precisasse fazer alguma advertência, a fizesse de modo particular, e, se fosse indispensável, todas as informações seriam levadas ao Reitor.

Nesse contexto, surge assim a visão do trabalho pedagógico de caráter fiscalizador, nas escolas jesuíticas com o documento Ratio Studiorum, que determinava uma educação segundo os interesses da Igreja Católica, tendo os prefeitos de estudos como fiscalizadores, para detectarem se todas as normas dispostas no referido documento eram literalmente cumpridas (Manacorda, 2022).

Historicamente, no Brasil, a identidade do pedagogo se constituiu como profissão ao ser chamado de diferentes formas. Entendemos que esta trajetória foi

edificada, amparada na esfera jurídica e cultural, sempre com o objetivo de formar um profissional que pudesse responder aos diferentes momentos econômicos e políticos introduzidos na sociedade, assim, a profissão configurou-se segundo diferentes nomenclaturas: fiscalizador, orientador profissional, supervisor escolar, orientador educacional, coordenador educacional e pedagogo (Medina, 2014).

No Estado Novo, conforme Ferreira e Fortunato (2010, p.05), surgiram os primeiros registros da figura do inspetor escolar, sucedendo o prefeito de estudos. Entre 1937 e 1945, a educação escolar teve a intervenção do governo, por meio da então inspeção escolar “[...] com a finalidade de eliminar qualquer foco de resistência à ideologia getulista [...] o projeto nacionalista nascia no “berço” da imposição [...] nas regiões de concentração de imigrantes italianos e alemães que se instalaram no sul do Brasil”. Com essa perspectiva histórica, as instituições que eram construídas pela comunidade, se apresentavam como ameaças ao controle governamental da época.

Durante o Estado Novo, a atuação do inspetor escolar era a forma mais eficiente de manter uma educação que agradasse ao poder, fortalecendo a ideologia política sobre a prática pedagógica. Manter a ordem ideológica, acompanhar a dinâmica das escolas, fazer visitas frequentes e produzir relatórios para enviar às instâncias superiores, informando sobre como estava sendo o andamento das aulas e a prática do professor, eram atribuições do inspetor, como garantia da ordem e do cumprimento dos deveres.

Percebemos a submissão do trabalho do professor em função da figura do inspetor escolar, desde os primórdios da educação brasileira. Função fiscalizadora que, pelo seu caráter tradicional de conservação, contribuiu para a organização do sistema escolar como um todo.

A inspeção escolar ocupou um lugar de destaque na ação de reorganizar o ensino catarinense. Os inspetores incorporaram padrões de desempenho de eficiência para avaliar o trabalho do diretor, do professor, dos funcionários administrativos e dos alunos, o que revela uma racionalidade técnica e um controle ostensivo, que, em certa medida, fornecia indicações de como deveria se consolidar o sistema de ensino estadual (Barcelos, 2014, p. 91).

Os estudos de Lourenço (1987) afirmam que a denominação e a função coordenador pedagógico surgiu no Estado da Guanabara, a então cidade do Rio de Janeiro, em 1961, mas, antes era chamado de coordenador distrital; em 1965, passou a ter a nomenclatura de orientador pedagógico, exercendo suas funções em mais de uma escola, no entanto, a partir de 1969, passou a atuar em apenas uma instituição de ensino, com professores do Ensino Primário, deixando de lado o perfil de fiscalizador e abraçando a orientação aos docentes, sem afetar suas autonomias profissionais.

Segundo Vasconcellos (2011), a supervisão escolar surgiu na época da ditadura militar, com função de controle, alinhada à militarização escolar.

A Supervisão Educacional foi criada num contexto de ditadura. A Lei 5.692/71 a instituiu como serviço específico da Escola de 1º. E 2º. Graus (embora já existisse anteriormente). Sua função era, então, predominantemente tecnicista e controladora e, de certa forma, correspondia à militarização Escolar. No contexto da Doutrina de Segurança Nacional adotada em 1967 e no espírito do AI-5 (Ato Institucional n. 5) de 1968, foi feita a reforma universitária. Nela situa-se a reformulação do Curso de Pedagogia. Em 1969 era regulamentada a Reforma Universitária e aprovado o parecer reformulador do Curso de Pedagogia. O mesmo prepara predominantemente, desde então, “generalistas”, com o título de especialistas da educação, mas pouco prepara para a prática da educação (Vasconcellos, 2011, p. 15).

Nesse contexto histórico, o coordenador deveria ser rígido, não fugindo da autoridade militarista, e, como consequência, na década de 1970, a figura do supervisor pedagógico era rejeitada pelos professores. Para Horta (2007), foi na década de 1980 que surgiram as primeiras associações destinadas aos supervisores da educação brasileira, tencionando a preparação profissional de supervisores educacionais para estabelecer as reformas nas escolas a nível nacional, como incentivo à formação profissionalizante.

Ao final dos anos 80, as nomenclaturas como coordenador, coordenador pedagógico, coordenador de aluno, coordenador de área ou de disciplinas, vêm em conjunto com os demais termos utilizados para designar a ação supervisora nas escolas (Horta, 2007, p. 33).

A função de coordenação, conforme Vasconcellos (2011), tem relação estreita com a área da supervisão escolar, entretanto, recentemente a ideia foi redefinida, e,

ao invés de pensarmos em hierarquização, controle, vigilância, pensemos em mediação e coletividade, pois, é assim que o coordenador pedagógico assume seu papel na atualidade.

De acordo com Fernandes (2009), na década de 1990, foi criado nas escolas do Estado de São Paulo, o cargo de Professor Coordenador Pedagógico (PCP), e, para exercer tal função, deveria se ter licenciatura, não especificamente em Pedagogia, como se nos dias atuais. A escolha se dava pelos professores, considerando as dimensões política, técnica e pedagógica do profissional, que, a partir daí, passava a coordenar e acompanhar todo o trabalho pedagógico da escola. Ressaltando que o professor escolhido deveria ter como pré-requisitos uma boa relação interpessoal e implementar os pacotes prontos, oriundos das reformas educacionais, deixando de lado o teor de profissional articulador.

Em contrapartida, no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei de nº 9394/96, em seu artigo 64, chega com a seguinte definição sobre o Coordenador Pedagógico – CP:

A formação de profissionais da educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional [...] (Brasil, 1996).

A partir da Lei 9394/96 – LDB (Brasil, 1996), a formação de professores passou a acontecer com mais rapidez, sendo autorizados com expansão os cursos na modalidade EaD – Educação a Distância e em Instituições Normais de Ensino Superior. Diante da evolução histórica do coordenador pedagógico, é indiscutível a relevância da sua presença em espaços escolares e em espaços não escolares, visando um funcionamento equilibrado, no que diz respeito aos processos educativos que primam pelo desenvolvimento e bem estar dos alunos.

3 CONTRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO PARA O FUNCIONAMENTO DE QUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

Para desenvolver seu trabalho de forma organizada, o coordenador deve estabelecer uma rotina, elaborar junto com os professores, projetos que contribuam para a aprendizagem dos alunos; projeto de formação continuada em contexto. Estabelecer uma rotina reflete no desenvolvimento dos processos educacionais, priorizando a otimização do tempo de forma significativa.

Sua atuação como gestor pedagógico deve orientar o trabalho dos professores, a partir das suas necessidades, subsidiando-os nas atividades que poderão fortalecer o desenvolvimento global do aluno. Deve também tomar ciência dos planejamentos; promover reuniões periódicas com professores, com os pais e ser um articulador entre a gestão, professores e famílias, tendo como cerne do seu trabalho o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, como reflexo de práticas pedagógicas bem direcionadas metodologicamente. Assim sendo, o coordenador não é apenas um articulador/mediador escolar, mas sim, seu papel estende-se à promoção de ações que viabilizem a participação ativa das famílias na vida escolar dos alunos.

Figura 1: Representação do trabalho do coordenador em equipe



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/652951645948494152/>

Nas escolas, os coordenadores pedagógicos atuam como expositores, formadores e transformadores. É um liame entre cursos e professores, gestores e professores, professores e pais. Como expositor, ele demonstra as condições em

que os professores trabalham juntos, nas propostas curriculares; como formador, desenvolve atividades de formação continuada; como agente de mudança, provoca nos professores a reflexão e a criticidade sobre suas práticas.

Para a superação das necessidades cotidianas da escola, exige-se um trabalho coletivo, que, por sua vez, exige a presença e a atuação de um articulador, dos processos educativos que ali se dão. Esse articulador precisa agir nos espaços-tempos diferenciados, seja para o desenvolvimento de propostas curriculares, seja para o atendimento a professores, alunos e pais, nas variadas combinações que cada escola comporta (Almeida; Placco, 2001, p. 18).

Percebemos que na escola, um dos pontos importantes para o seu bom funcionamento, diz respeito ao trabalho coletivo em prol de uma educação de qualidade, fazendo com que o espaço seja uma extensão da família, no sentido de compreender o contexto histórico dos alunos e as suas influências na aprendizagem.

O coordenador é um profissional relevante para garantir a articulação entre as ações educativas. Sua atuação também junto à gestão ganha forças, no sentido de favorecer um ambiente favorável tanto para o ensino quanto para a aprendizagem.

[...] junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação (Libâneo, 2013, p. 193).

É notória a importância do profissional da coordenação no ambiente escolar, pois ele assume as funções de articulador e promotor da integração de todos os envolvidos no cenário da educação escolar. Nessa perspectiva, seu papel tem caráter estratégico de gerenciamento de toda a instituição de ensino. Ao mediar os momentos de planejamentos, o coordenador traçará, junto aos professores, estratégias para a superação das dificuldades referentes tanto às práticas docentes quanto às aprendizagens dos alunos, pois, uma ação depende da outra, ou seja, muitas vezes os alunos não aprendem porque a metodologia adotada pelo professor é muito arcaica, fugindo da realidade da turma.

Kuenzer, Garcia e Calazans (1990) destacam que os professores e os alunos fazem parte de contextos sociais diferentes, e, por esse motivo, o planejamento exige reflexões contínuas sobre as atividades propostas, as quais refletirão no dinamismo em sala de aula. Cabe aos educadores, por meio dos seus

conhecimentos, planejar para o aluno real, fazendo a junção dos conteúdos curriculares obrigatórios, com o conhecimento dos alunos.

O planejamento escolar idealizado, adquirido e vivenciado no dia-dia, com a realização das atividades previstas, favorece o resgate dos princípios previstos pela prática pedagógica de contínua ação-reflexão-ação. Para tanto, o planejamento escolar demanda reflexão das atitudes correspondentes (Libâneo, 2013, p. 46).

Nesse contexto de planejar, o olhar do coordenador, a sua intervenção quando necessário, a sua mediação tem grande importância para o equilíbrio entre o currículo formal e o currículo real, que diz respeito ao cotidiano dos alunos. Na verdade, a presença desse profissional é indispensável para o bom funcionamento pedagógico; para a melhoria na qualidade do ensino e, conseqüentemente, para bons resultados na aprendizagem dos alunos.

O coordenador pedagógico assume a função de ser o articulador, objetivando uma dinâmica pedagógica significativa em toda a escola e integração de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem. Contudo, as práticas pedagógicas mal direcionadas em sala de aula, por parte de alguns professores meramente tradicionais, não são de responsabilidade do coordenador, pois sua função é orientadora e reflexiva e a função do professor é fazer uso de metodologias facilitadoras à aprendizagem dos seus alunos, considerando seus ritmos de aprendizagem.

Para que o coordenador desempenhe sua função junto aos professores e à gestão escolar, precisa manter uma base comunicacional equilibrada, transparente e segura; estreitando a relação da escola com as famílias dos alunos, acreditando que essa parceria cresce satisfatoriamente para o bom andamento dos processos educacionais. Assim sendo, ele será uma conexão entre a escola e as famílias, objetivando a superação dos desafios, das fragilidades que estagnam o desenvolvimento da escola em sua totalidade.

A coordenação pedagógica tem trabalho abrangente, por estar diretamente ligada ao que é posto em prática pelo professor. Suas contribuições são refletidas diretamente nas práticas desenvolvidas em sala de aula, também interferem indiretamente na vida escolar do aluno, pelo fato de as suas orientações e solicitações auxiliarem o trabalho do professor, e este, quando bem direcionado, condiciona os alunos ao caminho da aprendizagem.

O estudo de Vasconcellos (2011) nos traz algumas orientações para o desenvolvimento de qualidade do papel da coordenação pedagógica em conjunto aos professores.

- ✓ Orientar e fundamentar a concepção teórica adotada pela escola;
- ✓ Incentivar os professores para participarem dos planejamentos de forma ativa, visando a construção de ações que priorizem um ensino de qualidade;
- ✓ Promover coletivamente, projetos que garantam uma aproximação maior das famílias com a escola;
- ✓ As reuniões devem ter caráter formativo, assim também como uma pauta com objetivos definidos, abertos a sugestões;
- ✓ Diante dos momentos de tensão, o coordenador deve ser o gerenciador de conflitos, não deixando que questões pessoais interfiram nas ações profissionais;
- ✓ Registrar todas as decisões tomadas no coletivo, e, posteriormente, as trazer de forma concreta para o cotidiano escolar.

Franco (2008, p. 3) enfatiza que “[...] o trabalho do coordenador pedagógico é uma atividade voltada essencialmente à organização, compreensão e transformação da práxis docente, para fins coletivamente organizados e eticamente justificáveis”. Ou seja, coordenar não é trazer para si toda a responsabilidade pedagógica da escola, mas, promover ações estratégicas que levem todos os professores a conceberem a necessidade de uma prática docente dinâmica e significativa.

Almeida e Placco (2001, p. 23) afirmam que propor uma prática inovadora ao professor “[...] é uma tarefa desafiadora para o coordenador, porque conduz a um momento de criação conjunta ao exercício da liberdade e as possibilidades efetivas de parceria”. Nessa perspectiva, sugerir mudanças nas práticas dos professores é algo desafiador para o coordenador, pois, alguns acreditam que já fez tudo o que deveria, sem alcançar resultados positivos.

Diante desse cenário que encerra as possibilidades das práticas docentes sobre os alunos que supostamente não aprendem, as ações da coordenação devem ser potencializadas para que possam superar o pensamento do professor de que não há mais o que se fazer com determinados alunos que não aprendem. Portanto, o coordenador deve questionar sobre até que ponto se conhece o aluno; como está sendo a metodologia do ensino; se há algo que está acontecendo com o professor, que o impeça de desempenhar seu ensino com mais qualidade e eficácia.

O trabalho do profissional coordenador, extrapola a dimensão pedagógica “[...] possui caráter mediador junto aos demais educadores, atuando com todos os protagonistas da escola no resgate de uma ação mais efetiva e de uma educação de qualidade nas escolas” (Grinspun, 2006, p. 31).

[...] mediar o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o coordenador considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como criar condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões (Almeida, 2011, p. 21).

O coordenador pedagógico também é corresponsável pela sala de aula, ou seja, “[...] pelo trabalho realizado pelo professor e pelos resultados dos alunos. Ele faz parte do corpo de professores e sua função principal se divide entre a formação de professores e a gestão do Projeto Político Pedagógico da escola” (Zen, 2012, p. 8).

O coordenador medeia o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o coordenador considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como cria condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões (Orsolon, 2001, p.22).

Nessa mediação, o trabalho humanizado da coordenação reflete, de forma bastante significativa, no trabalho docente e na aprendizagem dos alunos, pois, ao perceber que o coordenador também se importa com os seus sentimentos, o professor passa a ter um autogerenciamento e, conseqüentemente, terá mais sensibilidade para compreender os ritmos de aprendizagem dos discentes, a partir dessa tomada de consciência, haverá a possibilidade de o professor acreditar que ainda não fez tudo o que realmente deveria ter feito. Com isto, emana a certeza de que o coordenador também é coparticipante do ensino e da aprendizagem escolar.

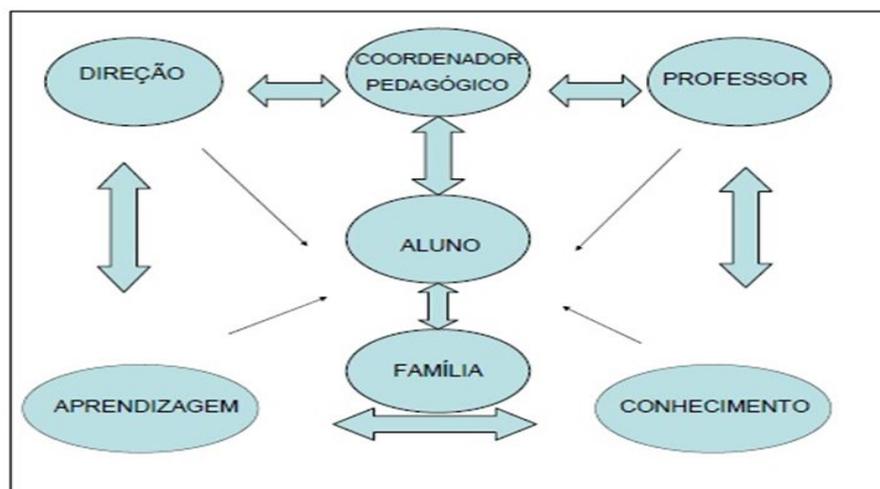
3.1 Professores, alunos e famílias: o coordenador como mediador

São diversos os estudos que apontam como tarefa primeira da coordenação, viabilizar a formação continuada com os professores, fato que colabora com os avanços dos processos educacionais. Lima e Santos (2007) vão mais além quando atentam que, para ser mediador, o coordenador não deve ter um olhar linear, mas deve agir na tentativa de:

Resgatar a intencionalidade da ação possibilitando a (re) significação do trabalho; superar a crise de sentido; ser um instrumento de transformação da realidade - resgatar a potência da coletividade; gerar esperança; possibilitar um referencial de conjunto para a caminhada pedagógica aglutinar pessoas em torno de uma causa comum; gerar solidariedade, parceria; ajudar a construir a unidade (não uniformidade); superando o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição e possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição [...] (Lima; Santos, 2007, p. 82).

Nesse sentido, analisamos como os coordenadores educacionais podem ser agentes expressivos e prestativos, superando barreiras para garantir que os estudantes se tornem cidadãos com consciência crítica e reflexiva. Devem também ser solidários e capacitados para romperem com modelos pedagógicos que fazem com que os alunos não saiam da sua zona de conforto. Sua mediação com as famílias é de suma importância para a conscientização dos pais e/ou responsáveis sobre os aspectos educativos e possíveis impedimentos de aprendizagem escolar.

Figura 2: Mediação do coordenador pedagógico



Fonte: <https://odomdeeducar.blogspot.com/2014/10/coordenacao-pedagogica-6-parte-as.html> (2023)

O coordenador é o centro, a ponte entre gestão, professores, alunos e famílias, por isso assume o papel de mediador da aprendizagem e do conhecimento. Sua função de articulador se efetiva nos processos de gerenciamento de conflitos, para tanto, ele deve ser conhecedor da realidade social e cultural que permeia a escola e seus protagonistas, assim, as relações interpessoais no âmbito escolar fluem de maneira satisfatória.

[...] mediar o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o coordenador considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como criar condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões (Almeida, 2011, p. 21).

A rotina do coordenador pedagógico é cheia de imprevistos. A toda hora, a todo o momento, ele muda o foco do que estava fazendo, seja pela solicitação de um professor porque um aluno se comportou mal na sala, seja pela chegada de um pai para resolver um problema de um filho, seja por um aluno que não conseguindo resolver sua questão em sala, vai à coordenação buscar auxílio. Isso, sem mencionar a quantidade de assuntos burocráticos dos quais ele tem que tratar: preencher relatórios, fichas, cronogramas, entre outras tarefas que o rodeiam e que fazem dele um ser que faz tudo na escola e que muitas vezes não consegue direcionar muito bem seu olhar para o pedagógico, a busca pela aprendizagem do aluno.

É nesse cenário que a maioria dos coordenadores se encontra hoje. Eles não sabem, nem a escola também, quais são as suas reais atribuições nesse espaço de tanto trabalho que é o escolar “o trabalho do coordenador escolar numa instituição de ensino é bastante amplo e complexo, muitas vezes ele nem se dá conta disso, talvez por uma formação inicial ineficiente ou pela falta de uma formação continuada” (Oliveira; Guimarães, 2013, p. 95).

É comum vermos coordenadores em contextos não definidos, realizando tarefas de todas as ordens. Nesse aspecto, são muitos os obstáculos encontrados pelo coordenador no desenvolvimento do seu trabalho, pois além de organizar as atividades escolares que englobam os educandos e os docentes, ele incorpora como parte do seu trabalho uma gama de tarefas que não lhes são peculiares.

O cotidiano do coordenador não é nada simples, de acordo com Oliveira e Guimarães (2013, p. 95), devido “o desvio de função, a ausência de identidade, a falta de um território próprio de atuação no ambiente escolar [...] a rotina de trabalho burocratizada, imposição e defesa de projetos da Secretaria de Educação”. Essas são algumas, dentre outras barreiras enfrentadas pelo CP no ambiente escolar.

[...] destacamos o coordenador pedagógico como um agente articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir grandemente para o sucesso das entidades de ensino. Por meio do desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado na ação-reflexão-ação, acreditamos que poderá romper barreiras que dificultam um ensino de qualidade para todos os alunos (Oliveira; Guimarães, 2013, p. 95)

O termo mediação é entendido como a efetiva relação entre indivíduos, numa perspectiva educacional, na qual temos o coordenador, os professores e os alunos. Suas ações refletem os impactos que elas causam sobre o outro, sendo o outro, o canal que permite que o indivíduo enxergue sua consciência.

Diaz e Perez (2023) afirmam que a mediação dentro da escola é considerada um fator de dificuldade, por ter que se lidar com as diferenças, porque nem todas as pessoas são flexíveis às mudanças atitudinais e comportamentais, resultando em entraves sobre as ações que exigem mudanças. A atuação mediadora por parte do coordenador ocorre entre os profissionais e os conhecimentos educacionais e das disciplinas; entre professores e alunos e entre escola e famílias.

Para atuar como agente facilitador e mediador, primando por um ambiente harmonioso e de qualidade, o coordenador precisa trazer as famílias para dentro da escola, apresentando-lhes seu currículo, seus projetos, o corpo docente e a proposta de ensino de cada professor; precisa destinar momentos de escutas com os alunos e ser autônomo em suas decisões. Dada a efetivação das relações bem sucedidas entre escola e família, a sua função de mediador e transformador ganha uma conotação de maior visibilidade e confiança, alavancando o papel social da escola.

Além de mediador entre seus pares educativos, o coordenador tem outras atribuições, isso implica em organização de tempo e reconhecimento da sua responsabilidade de formador e articulador de práticas educativas escolares. No entanto, para que as coisas se ajustem de forma harmoniosa, ele precisa ter uma

visão de coletividade e de autogerenciamento. É através do trabalho grupal que o andamento das atividades da escola ganha corporeidade e confiança; que os paradigmas que travam o crescimento da instituição são rompidos, dando vazão à uma educação para a vida.

As autoras Inove, Amado e Gouveia (2012), propõem ao coordenador pedagógico, uma lista contemplando oito atribuições específicas. A primeira é referente à organização de reuniões periódicas de formação com os docentes, para discutirem e refletirem sobre suas práticas, exitosas ou não; nesses encontros também deverão ser realizados estudos, com acesso aos materiais específicos.

Como segundo ponto, a realização de observação e acompanhamento do trabalho docente, ferramenta necessária à melhoria da prática educativa. Essa atribuição é considerada como uma das mais desafiadoras, em função da resistência às mudanças por parte de alguns professores.

O acompanhamento das atividades docentes, por meio da averiguação dos projetos, dos planejamentos, das aulas, das sequências didáticas, avaliações, entre outras, constitui como terceira atribuição; no tocante a quarta atribuição, Inove, Amado e Gouveia (2012) apontam o planejamento da formação do coordenador, como premissa a sua ação formadora, transformadora e mediadora, e, posteriormente enfatizam o compromisso da organização do acervo.

por acervo entende-se o Projeto Político-Pedagógico da escola, os planos de ensino e de aula, portfólios, avaliações entre outros. Estes devem estar sempre em ordem para ser consultados e servirem para a montagem do acervo e da memória pedagógica da instituição (Inove; Amado; Gouveia, 2012, p. 89-90).

O Projeto Político Pedagógico é um documento indispensável à instituição de ensino, que deve ser construído coletivamente e a articulação da sua construção fica sob a responsabilidade profissional da coordenação. Contudo, deve ser esclarecido que não é responsabilidade exclusiva do CP, a sua elaboração na íntegra.

A sexta atribuição listada refere-se ao planejamento e estudos formativos, pois o coordenador precisa de aprofundamento dos seus conhecimentos, para depois colocá-los em prática junto aos seus pares. As duas últimas compreendem a produção de registros e a reunião com os docentes e discentes.

[...] É fundamental que tudo o que é observado pelo coordenador nas salas de aula e analisado nos planos de aula seja registrado por escrito. Tais registros visam à devolutiva para os professores e ajudar no planejamento do próprio Coordenador Pedagógico [...] Sempre em parceria com os professores, também é função do Coordenador observar e avaliar os estudantes, para, assim, planejar o apoio pedagógico e/ou comunicar aos estudantes os aspectos em que precisam melhorar (Inove; Amado; Gouveia, 2012, p. 90).

Diante do percurso dos registros feitos, percebemos ser imprescindível que o coordenador, pelo seu perfil múltiplo, em primeiro lugar, reflita sobre si mesmo para depois agir em função do outro. Seu papel é fundamental para o bom funcionamento pedagógico da escola.

Quando falamos no profissional pedagogo, imediatamente já pensamos no espaço escola, mas, sua funcionalidade também extrapola o âmbito escolar, uma vez que temos a extensão da Pedagogia em espaços formais de ensino e em espaços não formais. Os espaços educacionais não escolares também constituem campos de atuação da mediação da coordenação pedagógica, como auxílio aos professores, rompendo com o mito da limitação da sua atuação, assim, buscamos explorar também nesta pesquisa as possibilidades de atuação pedagógica para além das escolas e das salas de aula tradicionais.

4 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAIS

A educação não formal por vezes é associada à educação formal, por serem consideradas complementares, e ainda, indissociáveis, pois a formal depende do campo e fundamentação curricular e burocrática, enquanto a não formal possui estratégias de ensino fora do campo escolar de maneira flexível. É possível considerá-las como essenciais para o processo formativo educacional e social.

Segundo Almeida (2014, p. 09) essa educação “é considerada uma forma de ensino, desenvolvida em áreas não tradicionais de educação” em um esforço para desenvolver ensino e aprendizagem holísticos fora do ambiente escolar. O que a comunidade ainda não entende, é que os educadores não formais estão comprometidos com o serviço público. Especialmente aqueles que proporcionam atividades extracurriculares de reintegração de crianças, jovens, adultos e idosos para garantir o bem-estar social dos associados.

Para definir a educação fora das instituições de ensino tradicionais, podemos pensar em uma abordagem educacional que transcende os limites da escola, permitindo uma flexibilidade de tempo e espaço, juntamente com o uso de ferramentas e adaptações específicas para atender às necessidades de cada público. Dessa forma, “o conceito de educação não formal engloba a educação que ocorre fora do ambiente escolar, embora não seja sinônimo dela. Apesar de ter uma organização e estrutura próprias, que são distintas das encontradas na escola” (Falco; Moreira, 2017, p. 264).

Na educação não formal, os espaços educativos são localizados em territórios que acompanham a vida dos grupos e indivíduos, em locais informais e fora das escolas. A participação é optativa, acontece a partir das preferências e gostos dos sujeitos. O modo de educar é voltado para os interesses e necessidades dos participantes. A educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletiva cotidianas (Gonh, 2006, p. 33).

Para Libâneo (2012), as escolas nos dias atuais precisam conviver com outras modalidades de educação (não formal, informal e profissional); precisam articular-se e integrar-se a elas, com o intuito de formar indivíduos mais preparados e qualificados para os avanços temporais.

Nesse cenário de informalidade, a pedagogia ainda é pouco conhecida, já que a sociedade a enxerga apenas como um curso de formação para ser professor. Porém, já há algum tempo, essa perspectiva vem passando por mudanças e reorganizações; a presença do pedagogo nos ambientes não formais é necessária devido à importância de suas contribuições pedagógicas e profissionais, contrariando a ideia de pessoas que concebem a pedagogia apenas como um curso para atuar em escolas tradicionais.

Mesmo nesses espaços que não caracterizam escolas, há a necessidade do trabalho do coordenador pedagógico para auxiliar os professores que precisam se deslocar para empresas, comunidades de culturas diversas, hospitais, enfim, o caráter mediador do profissional que atua na coordenação, também não é limitado às escolas propriamente ditas. Independente de onde esteja acontecendo as práticas pedagógicas, é imprescindível a presença de um pedagogo coordenador.

A pedagogia, assim como a educação, ganhou uma nova roupagem ao longo do tempo, juntamente com as tecnologias e necessidades da sociedade, o que antes era considerado objeto de estudo, tendo em vista a escola como único campo de condução do processo de ensino e aprendizagem, perpassou os muros da instituição dentro do sistema formal.

Nos anos de 1990 o grande destaque para a educação não formal foram mudanças que aconteceram nas áreas da economia, na sociedade e no trabalho. A aprendizagem em grupo passou a ser valorizada, incluindo os valores culturais, a aprendizagem e habilidades que são adquiridos fora dos espaços formais de educação (Almeida, 2014, p.6).

Sob essa ótica, a educação ocorre em variados ambientes, mediante a intervenção de um especialista devidamente habilitado para propor as tarefas e fomentar o crescimento das aptidões e talentos do sujeito em discussão. É sabido que a pedagogia se divide em dois campos de atuação que se classificam dentro do campo escolar e do campo não escolar, ambos com o mesmo objetivo de possibilitar a educação ao meio social. A partir da visão pedagógica em ambientes não-escolares, é viável entender as múltiplas oportunidades de atuação no âmbito extracurricular, tanto em organizações estruturadas quanto fora delas.

Durante muito tempo a pedagogia foi vista estritamente como a formação docente, mas, atualmente atuando em espaços extracurriculares, está se tornando cada vez mais comum sua afirmação e seu reconhecimento. Partindo deste pressuposto, segundo Falco e Moreira (2017), a educação informal é constituída na prática de ensino e de aprendizagem, independentemente de espaço físico e institucional, pois o ato educativo perpassa a educação formal. Ensinar e aprender podem ser considerados conjuntos de componentes do processo de ensino e de aprendizagem, podendo existir tanto juntos como também separados.

Dentre a atuação pedagógica não escolar, existem campos a serem citados como, por exemplo; órgãos, serviços comunitários, empresas, hospitais, centros de reabilitação social e outros, nos quais o pedagogo é introduzido como intermediário dos serviços oferecidos em cada departamento, atendendo suas necessidades didáticas e pedagógicas de educador, comunicador.

4.1 Entendendo a Pedagogia Empresarial

A Pedagogia Empresarial é uma especialidade voltada diretamente ao ambiente corporativo e seu objetivo é ativar o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores. O objetivo da pedagogia empresarial é introduzir conceitos pedagógicos para desenvolver os colaboradores da empresa a nível profissional e pessoal, reforçando conceitos construídos nos primeiros anos de formação básica como trabalho em equipe, criatividade, empatia, confiança e respeito. Nesse sentido, o educador empresarial é um profissional que contribui para o desenvolvimento das capacidades dos colaboradores de uma empresa.

O papel do pedagogo no âmbito empresarial diz respeito à qualificação de aprendizagem e habilidades adequadas para a melhoria na produtividade e à capacitação e desenvolvimento funcional da empresa. A Pedagogia Empresarial é um campo onde o pedagogo dá suporte a estruturação, ampliação, reconstrução e aquisição de conhecimento no espaço organizacional das empresas e instituições (Paz; Carvalho, 2015).

A pedagogia nas empresas deve apresentar objetivos claros para a implementação de ideias no ambiente de trabalho, buscando transformar e promover mudanças no desempenho das pessoas.

De acordo com Almeida (2014), dentro da empresa, o pedagogo tem como objetivo primordial, auxiliar no desenvolvimento comportamental e psicológico dos seus colaboradores. Portanto, seu papel na mediação da educação contínua é um dos principais para impulsionar o crescimento profissional.

O treinamento é uma ferramenta que contribui para o aprimoramento da equipe em relação às habilidades interpessoais e à produtividade, sendo o educador o responsável por tudo isso. O profissional que enfrenta problemas pessoais ou de relacionamento dentro das organizações raramente recorre ao departamento de recursos humanos para resolver suas dificuldades, devido ao medo ou insegurança (Almeida, 2014, p. 17).

É perceptível a contribuição que o pedagogo pode dar às empresas, ao estabelecer vínculos de confiabilidade mútua, aprimorando as relações interpessoais no âmbito do trabalho. É nesse momento que entra o trabalho do pedagogo empresarial, que tem a responsabilidade de se aproximar do funcionário e descobrir as razões que causam sua baixa autoestima, afetando o bom desempenho trabalhista. Quando esse problema é resolvido e o trabalhador se sente valorizado, sua performance no ambiente de trabalho aumenta, gerando resultados positivos para a organização (Almeida, 2014).

O principal objetivo do Pedagogo nas organizações empresariais é buscar equilibrar o comportamento das pessoas, promovendo o aprimoramento de sua atuação e desempenho profissional, bem como contribuir para o seu crescimento pessoal. A educação tem o poder de transformar o indivíduo, desde que o que ele esteja aprendendo seja algo capaz de suprir suas necessidades pessoais, permitindo-lhe alcançar seus objetivos e aspirações.

4.2 Pedagogia Hospitalar: uma ação humanizadora

A pedagogia hospitalar está relacionada ao trabalho pedagógico humanizado, atendendo as prerrogativas educacionais vigentes. Representa uma expansão de teor aplausível à educação; uma ação inversa, ou seja, é a escola indo ao encontro do aluno, com propostas pedagógicas voltadas ao indivíduo fragilizado, não apenas em seu aspecto cognitivo, mas, em seus aspectos emocionais, psicológicos e afetivos. Assim, essa informalidade educacional ganha espaço, cumprindo a função social que todas as escolas de ensino formal deveriam cumprir.

A Lei de Diretrizes e Bases -LDB, Lei de nº 9394/96 (Brasil, 1996) recomenda que toda criança tenha todas as oportunidades para que não lhe seja tolhido o desenvolvimento da sua aprendizagem, sendo a educação um direito de todos, e, em obediência ao documento que legitima a educação, esse direito é extensivo aos ambientes hospitalares. Deve ser efetivado ludicamente, de forma contínua durante todo o período de internação e/ou de tratamento, de forma que a educação formal não seja afetada.

O educador, como partícipe da equipe de saúde, tem, portanto, a incumbência de retomar esse papel na sociedade, como agente de mudanças, mediante ações pedagógicas integradas, em contextos de educação informal, com vistas à formação de consciência crítica de todos os envolvidos, numa atuação incisiva, na reestruturação dos sistemas vigentes para uma nova ordem superior (Matos, 2010, p. 24).

A Pedagogia Hospitalar é uma ampliação do direito à educação, e, todos os envolvidos na educação escolar formal (gestores, coordenadores e professores), devem ser colaboradores dessa prática humanizadora, contudo, devem ser conscientes que o espaço hospitalar não será uma réplica da sala de aula, ou seja, as metodologias devem ser adaptadas e lúdicas. Nesse cenário o papel do coordenador não poderá deixar a desejar, ele precisa buscar alternativas pedagógicas, e, como mediador das práticas docentes, orientar o professor que irá atuar de forma direta com a criança ou com o adolescente no seu período de internação ou de tratamento de reabilitação clínica.

A Pedagogia Hospitalar, através de seus profissionais, abre espaços, até bem pouco tempo não utilizados pelo sistema educacional, modificando a ideia de que a educação formal só acontece na escola. Esse entendimento traz benefícios às crianças e adolescentes internados relativos à saúde física, mental e social (Rocha e Sousa, 2012, p.09).

Matos (2010, p. 47), reitera que “a educação que se processa, por meio da Pedagogia Hospitalar, não pode ser identificada como simples instrução [...] É muito mais que isso. É um suporte psicossocial, pedagógico dos mais importantes, porque não isola o escolar na condição pura de doente [...]”.

Fonseca (2008) enfatiza que, no ambiente hospitalar, a humanização busca resgatar a vida humana, considerando todos os aspectos humanos: sociais, étnicos,

psíquico, etc. As ações precisam ser flexíveis, com o tempo de atuação e coerente com cada situação acompanhada sendo voltada aos enfermos.

A Pedagogia Hospitalar está situada regularmente na modalidade da Educação Especial, definindo como suas principais ações as atividades de classes hospitalares e o atendimento domiciliar para crianças e adolescentes em tratamento de saúde. Ela existe para respaldar a necessidade de continuidade da educação escolar para crianças e adolescentes, quando internados por tempo prolongado [...] (Mittler, 2003, p. 25).

O pedagogo, segundo Silvia e Andrade (2013), tem o cargo de auxiliar para que os pacientes desenvolvam atividades descritivas utilizando massa de modelar, textos manuscritos individualmente e coletivamente; atividades que evolua o raciocínio lógico dos internos e atividades que desenvolvam a criatividade. Sendo assim, o pedagogo busca levar as práticas educativas desenvolvidas dentro das salas de aulas adaptando-as para ambientes hospitalares, desenvolvendo seu trabalho em conjunto com a família e a equipe médica, para aplicar a metodologia adequada diante das condições do aprendiz.

A Pedagogia hospitalar tem o hospital como um espaço de humanização, capaz de criar laços entre a criança, os médicos e a família, o que ajuda na recuperação do indivíduo. “As práticas educativas desenvolvidas no hospital se efetivam a partir de ações que articulam o brincar e o aprender, mediante situações que instigam o desejo, a motivação [...]” (Silva; Andrade, 2013, p. 64).

Através do lúdico no hospital a criança pode encarar a doença de uma forma mais leve, sentindo-se mais livre e até esquecendo-se do espaço a seu redor, pois o brincar permite que a criança use sua imaginação para ser e estar onde ela quiser. Segundo Silva e Andrade (2013), o brincar no hospital passa a ser uma forma de garantir que a criança hospitalizada continue se desenvolvendo, concluindo as etapas da vida sem nenhum prejuízo. Assim, um ambiente importante dentro das áreas hospitalares diz respeito à brinquedoteca, ambiente onde as crianças podem encontrar brinquedos, jogos educativos, livros, contribuindo para o seu bem estar, mesmo que seja temporário.

A brinquedoteca deve promover o brincar para as crianças hospitalizadas nos seus leitos ou em um espaço físico especialmente destinado às atividades, permitindo, assim, que a criança exercite os aspectos sensoriais, motores, perceptivos, afetivos, volitivos e sociais um lugar em que o brincar estará configurado como um conjunto de ações da criança sobre o meio e vice-versa (Silva; Andrade, 2013, p.72).

O Ministério da Educação e Cultura - MEC (Brasil, 2002) preconiza que os professores e os coordenadores para atuarem no contexto da escolarização hospitalar, devem ter, preferencialmente, sua formação na área de Educação Especial ou em curso de Pedagogia e demais licenciaturas. Recomenda também que os profissionais se inteirem sobre as enfermidades das pessoas que acompanharão.

O professor que irá atuar em classe hospitalar ou no atendimento pedagógico domiciliar deverá estar capacitado para trabalhar com a diversidade humana e diferentes vivências culturais, identificando as necessidades educacionais especiais dos educandos impedidos de frequentar a escola, definindo e implantando estratégias de flexibilização e adaptação curriculares. Deverá, ainda, propor os procedimentos didático-pedagógicos e as práticas alternativas necessárias ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, bem como ter disponibilidade para o trabalho em equipe e o assessoramento às escolas quanto à inclusão dos educandos que estiverem afastados do sistema educacional, seja no seu retorno, seja para o seu ingresso (Brasil, 2002, p. 22).

Compete ao pedagogo hospitalar desenvolver atividades que não se assemelhem a uma sala de aula, para isto, deve sempre buscar aprimorar suas habilidades e competências pedagógicas, zelando também pela mediação das suas ações junto às famílias, na assertiva de que juntos, poderão minimizar a inquietude causada pela enfermidade.

Diante da dimensão de importância atribuída às práticas do coordenador pedagógico, tanto em espaços de educação formal quanto em espaços de educação informal, reiteramos sua complexidade para atuar com a diversidade de pessoal, pensando por si e pelo outro; agindo por si e pelo outro; tentando quebrar paradigmas que paralisam o processo de desenvolvimento. Nesse cenário, o objetivo maior é superar as barreiras que impedem que o seu trabalho de mediador, na perspectiva da humanização, seja consolidado de forma significativa.

5 METODOLOGIA

Para a efetivação desta pesquisa, utilizamos como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de abordagem qualitativa. Por meio dessas pesquisas, conseguimos compreender muitos aspectos que envolvem a função do coordenador pedagógico em vários espaços. Com as contribuições dos autores que estudam sobre a temática da coordenação pedagógica, através de consultas bibliográficas, conseguimos ampliar nossa visão acerca do papel do coordenador no espaço escolar e no espaço não escolar.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que os pesquisadores estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas atribuem a eles.

Nessa mesma linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) relatam que a pesquisa qualitativa valoriza fundamentalmente os testemunhos dos atores sociais envolvidos, seus discursos e os significados que eles transmitem. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa valoriza uma descrição detalhada dos fenômenos e elementos envolvidos.

A pesquisa qualitativa visa estudar e analisar o objeto de pesquisa em seu contexto social, e busca ir além da descrição da aparência do fenômeno, estudando sua essência. Tem como objetivo determinar a origem e a relação da persistência/mudança do estado do objeto.

Em relação à pesquisa bibliográfica, Gil (2016, p.39) diz que se refere a ler, analisar e interpretar materiais impressos. “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (Gil, 2016, p. 44).

A pesquisa bibliográfica é importante desde o início da pesquisa científica, pois é por meio dela que agimos para compreender o assunto a ser estudado, ou seja, desde o início, os pesquisadores devem estudar trabalhos publicados sobre o tema da pesquisa, as conclusões da investigação e se ainda é interessante realize pesquisas sobre esse tópico específico.

Em todas as pesquisas científicas é importante apresentar uma base teórica ou revisão bibliográfica descrito em um levantamento de trabalhos científicos publicados para que os pesquisadores dominem os conhecimentos teóricos. Por meio de pesquisa bibliográfica, os pesquisadores utilizaram reunir informações relacionadas à compilação de pesquisa científica. Portanto, na pesquisa científica, a pesquisa bibliográfica é importante para reunir informações relevantes que ajudem no desenvolvimento da pesquisa, elaboração do assunto e revisão bibliográfica ou quadro teórico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coordenador pedagógico tem uma função de destaque no ambiente escolar, assim também como em ambientes de educação informal. Suas funções são de articulação, formação e transformação, mantendo-se sempre atualizadas às demandas dos alunos, suas necessidades, assim também como ouvir as sugestões de professores e desejos dos pais em relação às propostas para a qualidade dos serviços prestados.

O trabalho do coordenador deve acompanhar e dar suporte para que as práticas docentes tragam resultados significativos, garantindo que todo o processo esteja condizente à função social da escola. Também é importante garantir que os professores participem desses processos com engajamento e entusiasmo.

Esta monografia, portanto, objetiva apresentar, mesmo de forma sucinta, a importância do trabalho do coordenador pedagógico no âmbito da escola, como um trabalho desafiador e imprescindível ao funcionamento de qualidade tanto para o ensino quanto para a aprendizagem. Desafiador no sentido de conscientizar aos docentes e às famílias, que determinadas práticas não conduzirão os alunos à aprendizagem, ao seu crescimento mais amplo; no sentido de tornar o ensino mais flexível e humanizado, de forma que o aluno seja reconhecido em sua totalidade humana.

Para que o coordenador realize bem suas funções, é preciso que ele seja um articulador, que tenha visão prospecta sobre o ato de ensinar e de aprender; ele precisa ser uma ponte, um elo que estreite a relação das famílias com a escola, fato de grande importância para a educação. Para tanto, seu papel é de liderar e coordenar as práticas dos professores, evidenciando os resultados exitosos e propondo estratégias fortalecedoras aos resultados mais fragilizados.

Esperamos que esta pesquisa possa potencializar a importância do trabalho do coordenador pedagógico e que, os professores que ainda fazem uso de uma prática teoricamente tradicional, procurem entender a postura do coordenador quando ele propõe mudanças sobre as metodologias aplicadas em sala. A reflexão sobre as próprias ações é condicionante para um ensino de qualidade, e, conseqüentemente, uma aprendizagem também de qualidade.

Assim sendo, no contexto escolar, o coordenador é uma peça chave, pois seu trabalho é paralelo ao do professor; sua visão sobre a aplicabilidade metodológica do docente deve ser para além do cumprimento dos conteúdos. Ele exerce forte influência sobre todos os que estão na escola, assim também como sobre a conscientização das famílias, no sentido de acreditarem que suas participações na vida escolar dos alunos podem trazer resultados satisfatórios, tanto no campo cognitivo quanto no desenvolvimento das demais áreas humanas. Que possamos valorizar, portanto, mais o trabalho do coordenador pedagógico, e, como professores, possamos compreender suas intervenções em prol de uma educação escolar de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinha Ramalho; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (org.) **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Loyola, 2001.

ALMEIDA, Laurinha Ramalho. **O papel do coordenador pedagógico**. Revista Educação. São Paulo, set. 2011.

ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. **Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem**. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor - PDE Cadernos Programa de Desenvolvimento Educacional-PDE. Paraná, V. II. p.01-18, 2014. Versão Online ISBN 978-85-8015-079-7.

BARCELOS, Ana Regina Ferreira de. **A supervisão escolar na rede municipal de ensino de Florianópolis: ascensão, declínio e ressignificação de uma função (1987-2010)**. 326 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. **Lei de nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília/DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília/DF: Secretaria de Educação Especial: MEC; SEESP, 2002.

DIAZ, Patrícia; PEREZ, Tereza. **Coordenação pedagógica: identidade, saberes e práticas**. São Paulo: Moderna, 2023.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FALCO, Aparecida Meire Calegari; MOREIRA, Jani Alves da Silva. **A gestão do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares: um debate acerca da formação do pedagogo no Brasil**, B. Téc. Senac, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 256-273, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/417> Acesso em: 20 de nov. 2023

FERNANDES, Maria José da Silva. **O professor coordenador pedagógico e a fragilidade da carreira docente**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 20, p. 411-424, 2009. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae204420092037>.

FERREIRA, N. S.C.F. e FORTUNATO, S. A. de O. **A inspeção escolar como forma de controle no estado novo: uma contribuição às origens da gestão da educação**. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Naura%20Syria%20Carapeto%20Ferreira%20e%20Sarita%20Aparecida%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2023.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade.** Revista Múltiplas Leituras, v.1, n.1, p. 117-151, jan./jun. São Paulo, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. pub. Educ., Rio de Janeiro, V. 14, n. 50, p.27-38, jan/mar, 2006.

GRINSPUN, Mirian P. S. Z. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HORTA, Patrícia Rossi Torralba. **Identidades em jogo: duplo mal-estar das professoras e das coordenadoras pedagógicas do Ensino Fundamental I na constante construção de seus papéis.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

INOVE, Ana; AMADO, Cibele; GOUVEIA Beatriz. **Coordenador pedagógico: função, rotina e prática.** Palmeiras, BA: Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida; GARCIA, Walter; CALAZANS, Julieta. **Planejamento e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos; Oliveira, João Ferreira de; Thoschi, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas.** Revista de Educação, v. 2, n. 4, p. 77-90, jul./dez. 2007.

LOURENÇO, Eduardo. **O desespero humanista de Miguel Torga e o das novas gerações.** 2. ed. Porto: Inova, 1987.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2022.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. **Escolarização hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar.** 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

MEDINA, Antônia da Silva. **Supervisão escolar, da ação exercida à ação repensada.** 5.ed. Porto Alegre: AGE/RS, 2014.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** São Paulo: Artmed, 2003.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **O método pedagógico dos jesuítas: o *Ratio Studiorum***. Revista Brasileira de Educação, n. 14, Rio de Janeiro Maio - ago. 2000.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campo Moraes. **O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar**. Revista Científica de Ensino Superior Almeida Rodrigues. Ano I. ed. I. Jan. 2013. p. 95-103.

PAZ, Charlyne Pinheiro da; CARVALHO, Taise Neves. **O RH e a Pedagogia Empresarial**. 2015. Disponível em < <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/o-rhe-a-pedagogia-empresarial/>> Acesso em: 25 nov. 2023.

ROCHA, Andréa Sathler Heringer. SOUSA, Inácia Neta Brilhante. **Cartilha Informativa: Pedagogia Hospitalar**. Imperatriz, Mato Grosso: Etos Editora LTDA, 2012.

SAVIANI, Demerval. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Neilton da; ANDRADE, Elane Silva de. **Pedagogia Hospitalar: fundamentos e práticas de humanização e cuidado**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano de sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2011.

VIEIRA, Marcelo Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZEN, Giovana Cristina. **O papel da Coordenação Pedagógica na escola: Coordenação pedagógica em foco**. Salto para o Futuro. Ano XXII - Boletim 1 - Abril 2012, p. 8-12.